

Comissão Técnica – PDUI – RMSP

Data: 29 de Junho de 2016

Ver lista de presença

Pauta:

1. Encaminhamento referente ao texto-base

2. Pauta do Comitê Executivo

3. Agenda da próxima semana

Discussões:

Inicialmente, Carlos (CIOESTE) sugere que as reuniões tenham um coordenador para facilitar o debate. Chucre, presidente da Emplasa, concorda. Sugere que as reuniões se iniciem pontualmente, mesmo sem sua presença, pois há outros coordenadores que podem dar andamento aos trabalhos.

item 1. Chucre lembra sobre a tentativa da Emplasa de trazer um texto-base para o Plano. Lembra a todos que houve contribuição do CIOESTE e da PMSP. Como referência ou como base, foi usado o texto enviado pela PMSP, pois foi um dos que melhor sintetizou as questões já discutidas e sua estruturação reflete isso. Os comentários existentes referem-se à redação e não ao conteúdo.

Carolina, da PMSP, esclarece que o texto apresentado contém apenas o escopo do que seria o Plano. Tudo que era acessório foi retirado. Separar o que é pauta daquilo que é material de apoio é a tarefa principal. A busca é pela maior objetividade possível. O "Caderno de Propostas" passa a ser o "Texto-Base" e as propostas se agregam a ele. Tudo que for matéria de apoio, como "Visões da Metrópole", diagnósticos, método do processo participativo, etc., constitui um relatório chamado de "Caderno de Sustentação".

Ao fim, ambos os documentos, Texto-Base (Caderno de Propostas) e Caderno de Sustentação, subsidiam o Projeto de Lei e serão agregados a ele. Assim, analiticamente, a população discute propostas e não diagnósticos.

Princípios, Diretrizes, Macrozoneamento e Instrumentos, Governança e Fundos e Propostas

- Carolina prossegue em sua apresentação esclarecendo que o item "Princípios" trata das Funções Públicas de Interesse Comum - FPIC, não definindo-as, mas tratando-as como princípios na verdadeira acepção do termo. "Diretrizes" o que são? Macrozoneamento, por exemplo, deve estar nesse item. A mesma lógica ocorre com o restante do texto. Essa orientação foi dada no Guia Metodológico. Se há consenso sobre isto, podemos seguir adiante e detalhar as informações.

Carlos, do CIOESTE, sugere que se mantenha a lógica da objetividade para o detalhamento pretendido, um parágrafo apenas.

Chucré disse que tudo que estava nos documentos anteriores está agora contido neste texto, de forma bem objetiva. Nós devemos escrever a minuta de projeto de lei para encaminhamento à assessoria jurídica do Governador.

O Guia Metodológico contempla a minuta do Projeto de Lei (produto 3), diz Carolina. Se aprovado agora, esse texto pode ir para a plataforma.

Francisco (CIOESTE) comenta que sempre a palavra "sustentabilidade" deve ser acompanhada de uma adjetivação, tal como ambiental, econômico ou social.

Com relação ao relatório de diagnóstico, podemos considerar tudo que já se produziu como fundamentação. Seria "memória de cálculo" do macrozoneamento, por exemplo. Seriam as Notas Técnicas. Se essa é a lógica, podemos pactuar quais são os princípios, as diretrizes. Isso já é uma frente de trabalho.

Francisco fala que foi mantido o conceito de fundo interfederativo, mas há dúvidas sobre o que isso significa. Talvez se possa falar de estrutura de governança e sistema de financiamento ou de alocação de recursos, em vez de fundo interfederativo. Chucré esclarece que essa denominação vem do estatuto da metrópole, mas vamos acertar a redação no texto. O texto será repassado a todos por email e o Comitê Executivo pode aprovar o texto mais redondo.

- Relato sobre o GT de governança

Chucré mostra o slide dos itens discutidos. Nas últimas reuniões, foi dado um passo para trás, mas buscamos resumir a discussão.

Análise preliminar da estrutura de governança instituída e sobreposição das atribuições: fazer o Quadro comparativo dos organismos e atribuições, com os recortes territoriais de representação e verificar onde estão os conflitos. Localizar os organismos no território de atribuição e representação. Também em relação às instâncias de participação.

Na sequência, análise dos fundos e sistemas de financiamento implantados (financiamento da estrutura proposta e de projetos e obras, Fundo metropolitano, FUMEFI, Fundos específicos e setoriais, propostas de outras forma de financiamento. A ideia é explicitar as diferenças entre os fundos, sua regulamentação, percentual de participação, etc. Há ainda as operações consorciadas, PPs, etc. Francisco pergunta se há algo pensado em termos de Fundo Garantidor. Chucré respondeu que ainda não.

Condicionantes jurídicas e diretrizes quanto ao encaminhamento de propostas de governança e financiamento interligam os dois blocos anteriores.

Quais os instrumentos legais para que se faça determinado ajuste, essa é a pergunta. Entre Julho e Agosto deve ser demandada uma reunião com o Governador, Prefeito de São Paulo e Presidente do Conselho de Desenvolvimento da RMSP para uma decisão política. Deverá haver um modelo que passe pelas instancias políticas.

Levy, de Cotia, comenta que as referências a serem usadas sobre a análise de fundos, por exemplo, precisam ser mais concretas, não apenas uma lista. Qual o histórico dessa discussão? Chucre diz que precisamos verificar onde existem modelos que estejam funcionando, utilizando tudo que for possível. Devemos utilizar todos os instrumentos possíveis e disponíveis.

Francisco fala sobre a diferença entre a governança e os fundos, o que eles financiam. Apenas os Municípios ou o Estado podem tomar o empréstimo, pois os Consórcios não podem dar garantias. Chucre comenta que se deve identificar os gargalos e propor alternativas de solução.

Carolina pergunta o que é ser estratégico, observar o *time*, etc. O slide mostra que o que está em vermelho é prioritário. O que está em preto vai sendo discutido no paralelo e discutido pelo GT como um todo. Algumas competências precisam estar claras. Chucre diz que a proposta deve ser em conjunto, mas podemos estudar os pontos de forma isolada e desde logo.

Na próxima reunião do GT cada pessoa pode trazer aquilo que estudou em relação aos temas acima, pois muitos de nós têm o conhecimento de muitas das ações, como exemplo, as operações urbanas, além do Quadro Comparativo que também pode ser estudado. Essa pauta para a próxima reunião está mais solta.

2. Pauta do Comitê Executivo:

Apresentar a estrutura do texto, as atividades do GT e seria interessante termos um cronograma. Até final de julho, temos que ter esse texto pronto para passar para os "anéis" superiores: Governador, Presidente do CDM, etc. O GT de Processo participativo retoma suas atividades a partir de segunda-feira, dia 11 de Julho p.f.

Pelo nosso cronograma, já deveríamos estar iniciando oficinas com o Poder Público a partir de agosto.

Áurea (Emplasa) fala que precisamos pautar a discussão de conteúdo, até para fechar de forma mais segura o cronograma.

Em relação à reativação dos GTs para análise de propostas, Chucre disse que já é possível, pois temos material, são cerca de 150 propostas, mas desde que haja agenda. Carolina diz que precisamos ter uma meta, o próximo produto tem que ser o Caderno de Propostas. O GT pode continuar analisando as propostas por meio das fichas. Carolina pergunta se o GT ou a Emplasa farão isso. Acha melhor concentrar nas oficinas regionais, pois os GTs não são muito produtivos e as oficinas regionais deveriam ser priorizadas. A plataforma continua aberta, diz Chucre e, nesse sentido, os grupos podem continuar.

Mirna lembra que o procedimento está sendo alterado. Carol disse que a Emplasa vai sistematizar as propostas e apresentar na Comissão Técnica e não validar. Quem valida é a Comissão Técnica.

Mirna diz que os GTs precisam ainda se debruçar sobre alguns temas. Chucre sugere, então, que devemos fazer uma análise sobre como está cada grupo e cada coordenador de grupo faz um relatório e traz para a próxima reunião.

Nas oficinas com a apresentação de caderno de propostas vão surgir questões e, de fato, a validação das propostas. O foco deve ser esse caderno.

Levy pergunta se as questões que tocam mais de uma FPIC já foram feitas. Exemplo: Habitação e Meio Ambiente. Essa transversalidade já foi concluída? As novas centralidades estão resolvidas? Discussão terminada? Existe uma diretriz?

Só no GT de Macrozoneamento está discutindo tudo isso.

Marcelo (Itapeverica da Serra) levanta uma dúvida. O Poder público pode continuar a fazer propostas? Levantar a memória do cronograma e de quando se trava a entrada de propostas do poder público. Em princípio, seria final de Julho, comenta Cristina (Emplasa)

Carlos pede que os documentos cheguem de forma mais rápida.

Carolina fala sobre o convite para a Conferência das Cidades e diz que haverá uma mesa sobre o PDUI, sábado , dia 2 de Julho, à tarde.